



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

09/11/2015

INDICE

1. ANIVERSÁRIO DO TJMA	
1.1. JORNAL ITAQUI BACANGA.....	1
1.2. JORNAL PEQUENO.....	2
2. ASSESSORIA	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	3
3. DECISÕES	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	4

Prefeito Edivaldo recebe homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão



O prefeito Edivaldo recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (4), a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo", em solenidade especial realizada no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça. A concessão da honraria é parte das comemorações pelos 202 anos

de instalação da Corte Judiciária maranhense. A comenda tem como objetivo homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

O prefeito Edivaldo, que também compôs a mesa da cerimônia, recebeu a medalha das mãos da vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, que

presidiu o ato solene de entrega da comenda. A honraria concedida ao prefeito foi proposta pela desembargadora Cleonice Silva Freire. Edivaldo destacou a importância da homenagem como cidadão e chefe do Executivo ludovicense.

"É uma grande honra ser agraciado com tão importante comenda no momento em que

o Tribunal de Justiça do Estado celebra seus 202 anos de instituição. O reconhecimento só nos estimula a trabalhar cada vez mais em favor da sociedade e sempre em consonância com a Justiça", disse o prefeito. A solenidade também contou com a presença da primeira-dama, Camila Holanda.

PROCON

Audiência para impedir o bloqueio de internet

Para combater o bloqueio de internet por parte das empresas de telefonia, o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-MA), no mês de março, ingressou com Ação Civil Pública contra a Oi, Tim, Vivo e Claro. Após a liminar, que impedia tal bloqueio, ser derrubada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, o Presidente do órgão, Duarte Júnior, vai até Brasília fazer sustentação oral sobre o caso.

O Procon-MA, primeiro órgão do Brasil em defesa do consumidor a conseguir a liminar em ação civil pública impedindo a suspensão, se posiciona hoje, no Superior Tribunal de Justiça. O órgão irá defender que os contratos anteriores às mudanças realizadas pelas operadoras de telefonia continuem utilizando o serviço de internet nos termos anteriormente acordados com o cliente, ou seja, sem o cancelamento do serviço após o fim da franquia.

Além disso, o presidente do órgão destaca a prática de publicidade enganosa, visto que é repassado ao consumidor, muitas vezes, que o serviço de internet é ilimitado. “Não há justificativa jurídica plausível para esse bloqueio. O objetivo é impedir tal prática não só no estado do Maranhão, mas em todo o território nacional, haja vista que a tentativa das operadoras de suspender as ações coletivas impetradas pelos Procons con-

figura um verdadeiro retrocesso jurídico e uma afronta ao direito básico do consumidor”, explica Duarte Júnior.

O Superior Tribunal de Justiça irá ouvir o posicionamento das empresas de telefonia, entidades de defesa dos direitos do consumidor dos estados e a Anatel para definir a ação que será tomada em todos os processos que tratam sobre o bloqueio do acesso à internet após o fim da franquia de dados, com o propósito de uniformizar o entendimento em todo o país.



Não há justificativa jurídica plausível para esse bloqueio. O objetivo é impedir tal prática não só no estado do Maranhão, mas em todo o território nacional, haja vista que a tentativa das operadoras de suspender as ações coletivas impetradas pelos Procons configura um verdadeiro retrocesso jurídico e uma afronta ao direito básico do consumidor

Duarte Júnior,
presidente do Procon

O Tribunal de Justiça do Maranhão comemorou seus 202 anos de instalação em sessão solene na última quarta-feira (4), com entrega das medalhas Desembargador Bento Moreira Lima, do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo e do Mérito Especial Cândido Mendes, em reconhecimento a pessoas que prestaram relevantes serviços à Justiça.



O presidente eleito do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha cumprimentando o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares



O prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior recebeu a comenda das mãos da presidente em exercício do TJMA, desembargadora Anildes Cruz



O advogado Eduardo Morcira foi homenageado pelo desembargador Ricardo Duailibe



O procurador geral do município, Marcos Luis Braid Simões recebeu a medalha das mãos do desembargador Joaquim Figueiredo



A presidente em exercício, desembargadora Anildes Cruz entregou a Medalha Especial Cândido Mendes ao ministro Reynaldo Soares



O desembargador Jorge Rachid homenageou o advogado Nivaldo Guimarães



O coronel Raimundo Sá foi indicado para a Medalha Antonio Rodrigues Vellozo pelas desembargadoras Anildes Cruz e Nelma Sarney



A juíza Jerusa de Castro Duarte Vicira foi homenageada pela desembargadora Graças Duarte pelos 10 anos de magistratura



A juíza com 10 anos de magistratura, Ana Gabriela Everton recebeu a medalha das mãos do desembargador Marcelino Everton



Limites medíocres

O Brasil permanece patinando para alcançar taxas de crescimento, condenando-nos a viver dentro de limites medíocres. Nossa economia estagnou, asfixiada por regulações, tarifas e uma carga tributária elevadíssima, acompanhada do esbanjamento do dinheiro público por um Governo constantemente envolvido em escândalos de corrupção. Grande parte da nossa juventude é pobre, desempregada, morre vítima da violência, compõe a imensa maioria da população carcerária, não possui saneamento básico e tem nível de escolaridade inaceitável. Os investimentos na educação são na prática presentes de gregos para troianos. No Nordeste brasileiro, 68% das crianças e adolescentes de até 17 anos vivem em situação de extrema pobreza, determinante para a escolaridade, pois a faixa de renda familiar influi na frequência escolar, com reflexos no nível de educação. Apenas 13,9% dos jovens com até 24 anos estão na universidade. Na mesma faixa etária apenas 36,8% possuem o Ensino Médio completo. Metade da população brasileira de até 24 anos (20 milhões de jovens), sequer possui o Ensino Médio completo, o que acarreta problemas de sobrevivência, com decisiva influência na qualificação profissional e na violência. Dos jovens entre 18 e 24 anos apenas 37,9% possuem 11 anos de estudos. Mais de um milhão e trezentas mil crianças, entre 8 e 14 anos de idade, matriculadas em escolas, não sabem ler nem escrever. Entre os brasileiros com idade superior a 25 anos mais de 52% possuem menos de oito anos de estudos e sequer completaram o ensino fundamental. As dificuldades nos estudos se refletem no emprego e na própria vida dos jovens, cuja maioria vive à margem da sociedade e vagam pelo país imersos na marginalidade. Quase três milhões de jovens não estudam, não trabalham e estão abandonados pelo Estado Brasileiro. O país possui mais de meio milhão de pessoas nas penitenciárias, das quais cerca de 80% são jovens de até 24 anos. A principal causa da morte de jovens é a violência. Nas famílias abastadas por conta do trânsito e nas de menor renda por assassinatos. O Brasil é o segundo país em desigualdade no mundo e essa situação ainda prevalecerá por muitos anos com o descalabro do Estado estacionário brasileiro. Tem faltado compromisso com o futuro da nação. Falta planejamento, rumo e objetividade. Nossos gestores não mostram eficiência na gestão pública e não têm compromisso com o futuro da nação. Falta planejamento, rumo e objetividade.

No que depender dos gestores públicos não teremos futuro do qual iremos nos orgulhar. De nada adianta ser a sexta economia do planeta se temos na contramão um dos piores sistemas educacionais do mundo, um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que não é satisfatório e bolsões de miséria em todos os cantos do país. Nossa grandeza econômica contradiz com a nossa condição de sociedade que convive e aceita como sendo naturais as desigualdades sociais e de oportunidades em nosso cotidiano. Nossos governantes estão enterrando o presente e acabando com o futuro.

Caminhando às cegas

O Brasil caminha às cegas trazendo prejuízos ao desenvolvimento nacional. O país precisa avançar no sentido da democracia direta e criar um órgão de planejamento com participação de agentes econômicos da sociedade civil para poder governar o país. É preciso saber realmente se os nossos governantes têm algum projeto para o Brasil ou continuam tendo projeto para eles próprios, seus partidos e seus agrupamentos políticos.

Números preocupantes

Nos últimos 30 anos a violência no país praticamente dizimou uma cidade inteira de grande porte. Nesse período, cerca de 1,1 milhão de pessoas foram vítimas de homicídio, superando, de longe, as impressionantes estatísticas de países em guerra. Para se ter uma ideia da tragédia, só 13 cidades brasileiras têm uma população que ultrapassa 1 milhão de habitantes.

Sem consonância

O Poder Legislativo aprova cada vez mais barbaridades, que acabam desaguando no Judiciário, cujo papel é dizer o que é e o que não é constitucional. A grande demanda de leis medíocres aprovadas sem nenhuma consonância com a Constituição Federal mostra que o nosso legislativo regride cada vez mais em termos de qualidade.

Tempo de trabalho

Um advogado brasileiro típico gasta 60% do seu tempo de trabalho na análise, pesquisa e confecção de peças relativas aos processos de seus clientes. Isso acontece porque ocorrem aproximadamente 300 mudanças diárias na legislação brasileira. São tantas as modificações que os livros acabam ficando obsoletos de um dia para o outro e o advogado tem que correr atrás da informação para se atualizar diariamente.

Papel da imprensa

A imprensa, sempre na esteira da ética e do compromisso com a verdade e o respeito às pessoas, jamais pode se calar ou ser calada. Ela é um dos traços do perfil da democracia. A imprensa tem o dever de ser intransigente na pesquisa e acompanhamento de condutas envolvendo a coisa pública.

Obsessão arrecadatória

Predomina no Governo Federal a primitiva obsessão arrecadatória de obter receita tributária a qualquer custo, mesmo que em ofensa à Constituição e em sacrifício do povo brasileiro. Expandiram-se as despesas do Governo Federal e procura-se obter os recursos para cobri-las, sem que se realize a compatibilização equilibrada entre as fontes de recursos e os gastos governamentais.